

**INSTITUI NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES O
PROGRAMA PÉTALA VIVA, PARA
ATENDIMENTO À MULHER EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**

Publicado no âmbito da
Câmara Municipal
Em 24/10/2025
superior

Art. 2º O programa observará as seguintes diretrizes:

I - atendimento humanizado, sigiloso e com empatia;

II - integração entre os serviços de saúde e assistência social já existentes;

III - priorização do acolhimento à mulher em situação de vulnerabilidade;

IV - respeito à vida e à dignidade humana;

V - vedação à prática ou indução à interrupção da gestação, salvo nos casos expressamente previstos no art. 128 do Código Penal Brasileiro;

VI - observância das disposições da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), no que couber.



Câmara Municipal de Nova Venécia

Estado do Espírito Santo

Art. 3º O programa será executado por meio da desconcentração de locais de atendimento pela condição geográfica de urbanização atual do município, sendo ao menos uma unidade na cidade alta e outra na região central da cidade, em benefício da população e dos moradores das diversas localidades.

§ 1º O programa, a ser desenvolvido de forma desconcentrada, contará também com equipes e estruturas já existentes nas unidades municipais de saúde e assistência social, sem a criação de novos cargos ou aumento de despesas para o município, caso seja mais vantajoso.

§ 2º Os profissionais da rede municipal deverão ser capacitados ou treinados, dentro das formações periódicas já ofertadas, para observar os princípios e desenvolver atividades ou projetos de atendimento humanizado, nos termos deste programa e das normas nacionais.

§ 3º A integração entre os serviços será organizada por meio de protocolos conjuntos entre as secretarias municipais de Saúde e de Assistência Social, em articulação com os demais órgãos e unidades da administração municipal, observadas as competências previstas na legislação.

Art. 4º As unidades municipais de saúde que realizarem atendimentos de urgência e emergência deverão, sempre que possível, dispor de sala ou espaço reservado para o acolhimento humanizado de:

I - mulheres vítimas de qualquer forma de violência (física, psicológica, sexual ou institucional);

II - mulheres em sofrimento decorrente de aborto espontâneo ou aborto realizado nas hipóteses legais previstas no art. 128 do Código Penal Brasileiro.

§ 1º A adequação estrutural será feita por meio da reorganização dos espaços físicos já existentes, sem geração de despesas adicionais ao erário.

§ 2º O atendimento deverá seguir protocolos de escuta qualificada, acolhimento respeitoso e garantia de sigilo, em consonância com a Lei nº 11.340/2006.

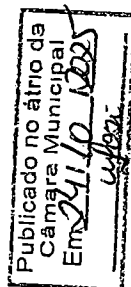
Art. 5º As unidades de saúde deverão, ao identificarem uma mulher em situação de vulnerabilidade:

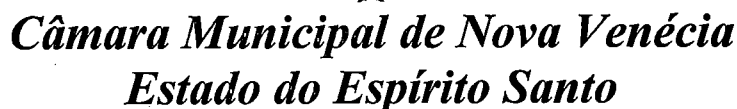
I - garantir atendimento sigiloso, prioritário e respeitoso;

II - realizar escuta qualificada e acolhimento empático;

III - encaminhar imediatamente a paciente aos serviços municipais de assistência social competentes (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS ou congêneres);

IV - informar à paciente sobre a rede de apoio disponível, respeitando sua autonomia na adesão ao acompanhamento.





Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 24 de outubro de 2025;
71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

FELIPE BARBOSA DOS SANTOS
Presidente em exercício
Vereador pelo PSB

